

Jornal do

# SINTUFES

[sintufes.org.br](http://sintufes.org.br)    @sintufes

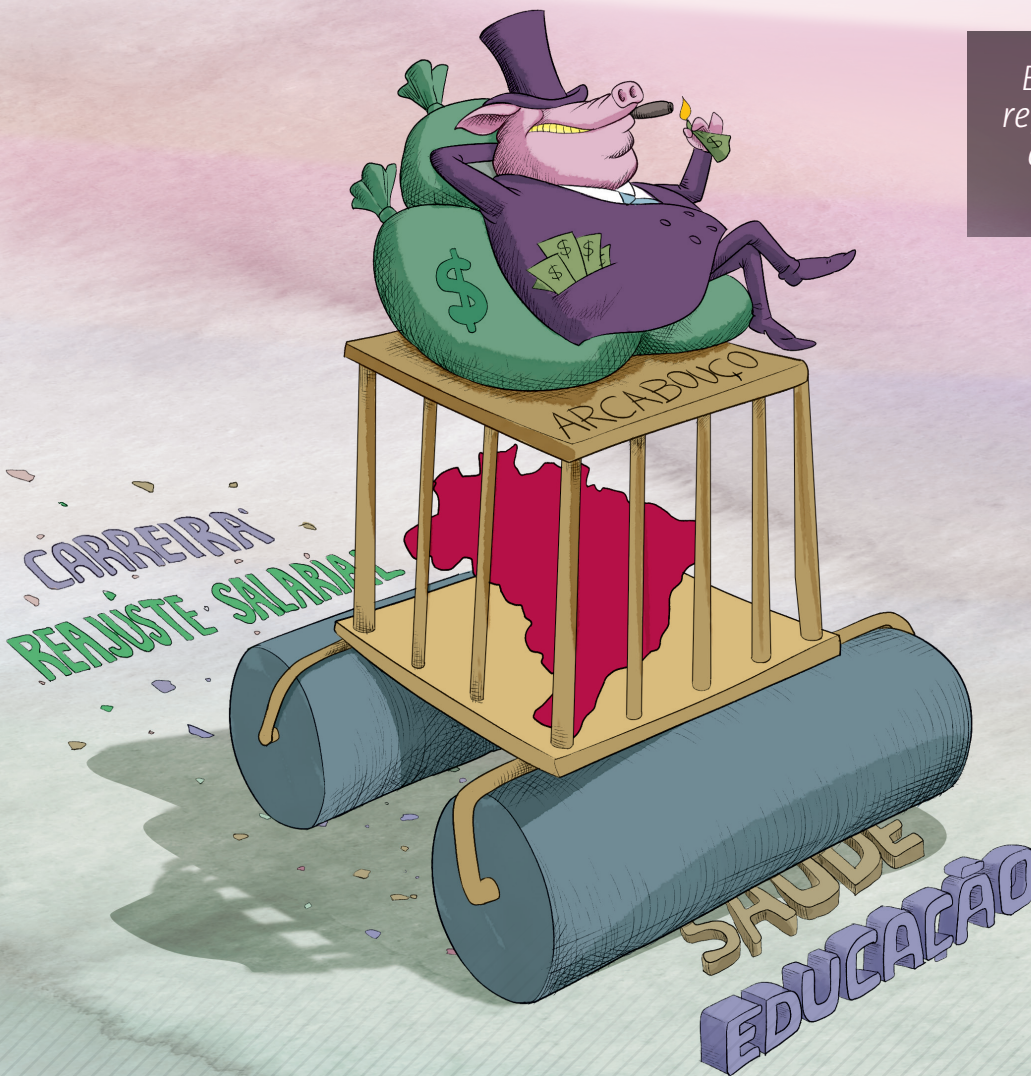
Filiado à **Fasubra**

Informativo do **Sindicato dos Trabalhadores na Ufes**

## ARCABOUÇO FISCAL, NÃO!

Brasil não precisa de regime fiscal, mas sim de políticas públicas para a população

Págs. **04 e 05**



### #Jurídico

#### Teletrabalho na Ufes

Sintufes e a categoria empenhados para evitar que a Ufes penalize os TAE na aplicação do PGD

Pág. **02**

### #ReflexãoPolítica

#### Sindicato x Estado

Análise histórica da relação do poder ajuda a entender por que sindicatos não devem ser ligados a governos

Pág. **03**

### #Hucam

#### 'Piso abaixo do piso'

Interpretação do STF altera aplicação da Lei 14.434. Luta, agora, é para o piso da Enfermagem ser devidamente efetivado

Pág. **07**

### PARA FORTALECER A LUTA

Um jornal com os pés firmados na realidade e os olhos bem fitos na luta de classe. É o que a gestão *Juntos para Lutar* apresenta à categoria nesta edição do Jornal do Sintufes. O mote é evidente: não aceitamos os ataques desferidos contra a classe trabalhadora.

O início do 3º governo Lula reforça a lição histórica de que o movimento sindical deve ser independente. Esta verdade, que alicerçou a resolução aprovada no XXIV Confasubra pela qual a Fasubra deverá se manter independente do governo federal, é tema de um suplemento teórico deste nosso periódico. Nele apresentamos as fontes históricas do estado e o desnudamos em seu papel funesto de impor a dominação e a exploração dos povos.

O estado capitalista não esconde suas prioridades: corta do pobre e da classe trabalhadora e dá aos ricos e privilegiados. É o espírito do Arcabouço Fiscal, projeto que aninha os patrões no berço esplêndido enquanto lança o Brasil no calabouço, restringindo o investimento em saúde, educação, cultura e segurança. Ele não vem sozinho, traz consigo a PEC da Reforma Tributária que mantém o País como campeão em taxar bens e serviços e em isentar renda e lucros.

Na Ufes, o PGD tem avançado. Porém, não podemos permitir que o trabalho remoto seja imposto quando das ausências no interesse do serviço em razão de caso fortuito ou de força maior. Quanto aos aposentados, o governo reconheceu a inviabilidade da aplicação do Decreto 10.620. Mas o Sintufes exige da Reitoria um posicionamento contrário à transferência das aposentadorias da Ufes para o INSS.

A conquista do Piso da Enfermagem sofreu um revés: uma decisão polêmica do STF e uma interpretação controversa da AGU tornarão possível um pagamento inferior aos valores previstos na Lei 14.434/2022. Mas a luta vai continuar! A luta também segue em favor de um reajuste salarial que cubra as perdas de 53% no salário dos TAEs.

Nessa toada, convidamos a todes para conhecer e se filiar ao Sintufes, fortalecendo este instrumento que conquistamos de defesa dos direitos da nossa categoria.

**Diretoria colegiada**  
**Gestão Juntos Para Lutar**  
**2022-2025**

## #Jurídico

### CATEGORIA NA LUTA EM TORNO DO PGD

#### *Sintufes segue alerta para Ufes não penalizar os TAE*

Os trabalhos têm sido intensos em torno da implementação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD – modalidade teletrabalho) na Ufes. São cerca de 150 trabalhadores alocados em mais de 30 comissões, empenhados para que o novo sistema não penalize a categoria.

Na transição para o PGD, os desafios têm sido numerosos. Eles vão desde os embates com a gestão da Ufes até a forma como o próprio governo federal conduz a questão.

**Normativa específica.** A coordenadora do Sintufes Luar Santana de Paula é uma das integrantes da Comissão Central do Programa de Gestão e Desempenho (CCPGD).

Ela lembra que na elaboração da Resolução (Cun/Ufes 29/2022) foi apontada a necessidade de que o governo federal editasse uma normativa específica para as Instituições Federais de Ensino Superior.



O que não é o caso do Decreto 11.072/2022, que deixa lacunas.

“Esse foi o primeiro grande desafio que a CCPGD teve para ajustar, para parametrizar as atividades. Outro desafio foi o de incluir um ciclo teste (que não estava previsto na resolução da Ufes)”, salientou.

Luar ressaltou, ainda, que a categoria precisa se apropriar do debate, uma vez que a carreira está na pauta de negociação com o governo federal. E a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira trabalha forte para a reestruturação do PCCTAE.

#### #FalaCCPGD: Redução de entraves

Para a presidenta da CCPGD, Talita Ferreira Moll Volponi, a Resolução 29 precisa de algumas alterações visando a redução de entraves para implantação do PGD. “Um dos desafios que temos é a falta de clareza (da resolução) na definição das normas. Por exemplo, a resolução não determina quais os critérios para se fazer (o teletrabalho) 100% integral”, pontuou.

Confira a entrevista completa no site: [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br).

#### CASO FORTUITO: orientação do Sintufes!

O Sintufes está alerta para que a Ufes não tente impor que alguém que não conseguiu chegar na universidade por força maior (caso fortuito) tenha que trabalhar de casa e registrar serviço externo.

O Sintufes orienta que, em razão de uma atividade essencial, o serviço pode ser feito de casa em caráter excepcional. Mas para isso, o trabalhador deve estar de acordo e deve ser dada garantia de que essas horas estarão disponíveis para usufruto.



# Como os sindicatos devem se relacionar com O ESTADO E OS GOVERNOS?

## Análise histórica reforça importância de o movimento sindical ser independente dos patrões

**A**tualmente, existem muitas concepções de Estado. Há quem acredite que o Estado é um ente neutro, que está a serviço dos interesses de toda sociedade, outros acreditam que o Estado deve promover o desenvolvimento e o progresso social, outros ainda que o papel do Estado é dar segurança para a nação. Todas essas concepções não fazem um necessário recorte de classe ao analisar a natureza do Estado.

Na antiguidade, o Estado servia à dominação dos grandes monarcas, como os faraós egípcios ou os imperadores romanos, estabeleciam as leis e obrigavam os pobres a realizarem trabalhos forçados para os governantes. Assim era também na Idade Média em parte da Europa, onde os reis e a nobreza, em articulação com a Igreja, submetiam os servos à condição de servidão, prendendo-os à terra e aos trabalhos impostos.

A insatisfação das classes baixas, acentuada por graves crises econômicas que produziram desemprego e fome em larga escala, acabou por explodir na Revolução Francesa, um exemplo clássico da luta de classes e um divisor de águas na história europeia. Mas o que parecia uma revolução popular, foi na verdade uma revolução da burguesia. O proletariado foi devidamente alijado do poder.

### Submissão dos povos originários

No Brasil e nas Américas do período colonial, o Estado também foi utilizado como instrumento para submeter os povos originários aos trabalhos forçados, bem como para

impor a escravização de milhões de pessoas negras sequestradas de África. Em todas essas sociedades, havia algo em comum: a elite (sejam faraós, patrícios, nobres, entre outros) sempre detinha o poder da justiça e das forças armadas para impor sua dominação e a exploração dos povos.

Na moderna sociedade capitalista não é tão diferente! As leis protegem a propriedade privada, os contratos, os negócios e a livre iniciativa (direito de explorar os trabalhadores), a justiça sempre pesa a mão em favor dos ricos e encarcera os pobres, e quando esse sistema não funciona, há sempre a polícia e as forças armadas para colocar o povo pobre no cabresto.

### Papel dos sindicatos na divisão de classes

É diante dessa sociedade, dividida em classes, que devemos pensar o papel dos sindicatos enquanto um instrumento da classe trabalhadora, que, como resultado de nossas lutas históricas, adquiriu certo direito democrático de existência e reconhecimento legal, porém, está preso às amarras da lei e limitado por elas. Em muitos casos, os sindicatos até dependem do dinheiro do Estado (por meio do imposto sindical) para garantir sua sobrevivência, em vez de dispor da contribuição voluntária dos associados.

Há também sindicatos que têm sua atuação centrada em ações na justiça, criando ilusões nos trabalhadores de que o judiciário é quem vai resolver os nossos problemas, e fazendo-os desacreditar na própria força de mobilização e luta.



Ilustração alusiva à Revolução Francesa (1789), mostra o povo carregando o clero e a nobreza nas costas

### Independência sindical

No fundo, o papel dos sindicatos numa sociedade capitalista é o de negociar melhores condições para vendermos nosso trabalho (e sermos explorados). Por isso, é preciso que a direção sindical tenha compreensão de seu papel de fazer avançar a consciência dos trabalhadores no sentido de romper com a própria dinâmica da exploração capitalista, em busca de uma sociedade sem exploração do trabalho, onde todos sejamos iguais.

Até lá, é fundamental que os sindicatos sejam totalmente independentes, não só dos patrões, mas também dos governos, pois nessa sociedade, quem está no governo, necessariamente estará atuando em favor da classe dominante, mesmo que seja um trabalhador que esteja no poder. Diante de um novo governo de frente ampla, esse debate é cada vez mais necessário entre nós.

# Arcabouço Fiscal é a saída para o mercado financeiro

*Projeto do governo federal é um novo 'Teto de Gastos' para estrangular investimentos públicos*

O Arcabouço Fiscal é um projeto que nasceu no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento e Orçamento do atual governo. O objetivo é o de substituir o Teto de Gastos, regra fiscal que congelou os investimentos do governo federal, em 2016.

A lógica imposta pelo Teto dos Gastos estrangulava demais as contas públicas já que, a partir de 2016, o total gasto pela União só podia aumentar por conta da inflação. Essa âncora fiscal deveria durar 20 anos, mas por conta da medida, até mesmo um governo sem nenhuma preocupação social como o governo de Bolsonaro precisou "furar" o teto.

O Arcabouço Fiscal foi a saída encontrada pelo ministro Fernando Haddad para tranquilizar o mercado financeiro, enquanto respondia às críticas de sua base ao modelo anterior.

**Teto 2.0.** Acontece que o Arcabouço Fiscal nada mais é do que um Teto de Gastos 2.0. Com essa regra fiscal, o estado brasileiro seguirá submetido à lógica de governo neoliberal. Isso porque o novo projeto de lei prioriza o pagamento da dívida pública aos gastos sociais.

Com o Arcabouço Fiscal, o Estado Brasileiro terá metas de arrecadação e se não bater a meta, cortará nos investimentos públicos. Um verdadeiro calabouço para os gastos sociais.

Diferentemente do que previa o Teto de Gastos, com o Arcabouço Fiscal o investimento público vai

“

**Em vez de priorizar os gastos com o povo, o Brasil fará o contrário. Se a farinha é pouca, primeiro ela vai para o pirão dos banqueiros**

”

poder crescer acima da inflação. Ainda assim, **o crescimento estará limitado a apenas de 0,6% a 2,5%**. E para isso, será necessário um crescimento ainda maior na arrecadação, já que apenas 70% do extra arrecadado pelo governo vai poder ser investido.

**Em vez de priorizar os gastos com o povo e pagar a dívida pública com o que sobrar, o Brasil fará o contrário. Se a farinha é pouca, primeiro ela vai para o pirão dos banqueiros.** Assim, os gastos com uma dívida pública ilegítima e que não reconhecemos, seguirão garantidos, enquanto o governo ameaça cortar na saúde, na educação e nos direitos sociais, deixando de atender aos que mais precisam.



No ano que vem, a meta será arrecadar cada centavo do que pretende gastar para além dos gastos com a dívida. Se não conseguir, quem “paga o pato” são os trabalhadores: o governo não vai poder criar cargos públicos, não vai poder alterar a estrutura de carreiras ou criar auxílios ou gratificações. **No segundo ano sem bater a meta, o governo ficará proibido de reajustar os nossos salários e até mesmo de realizar concursos públicos.**

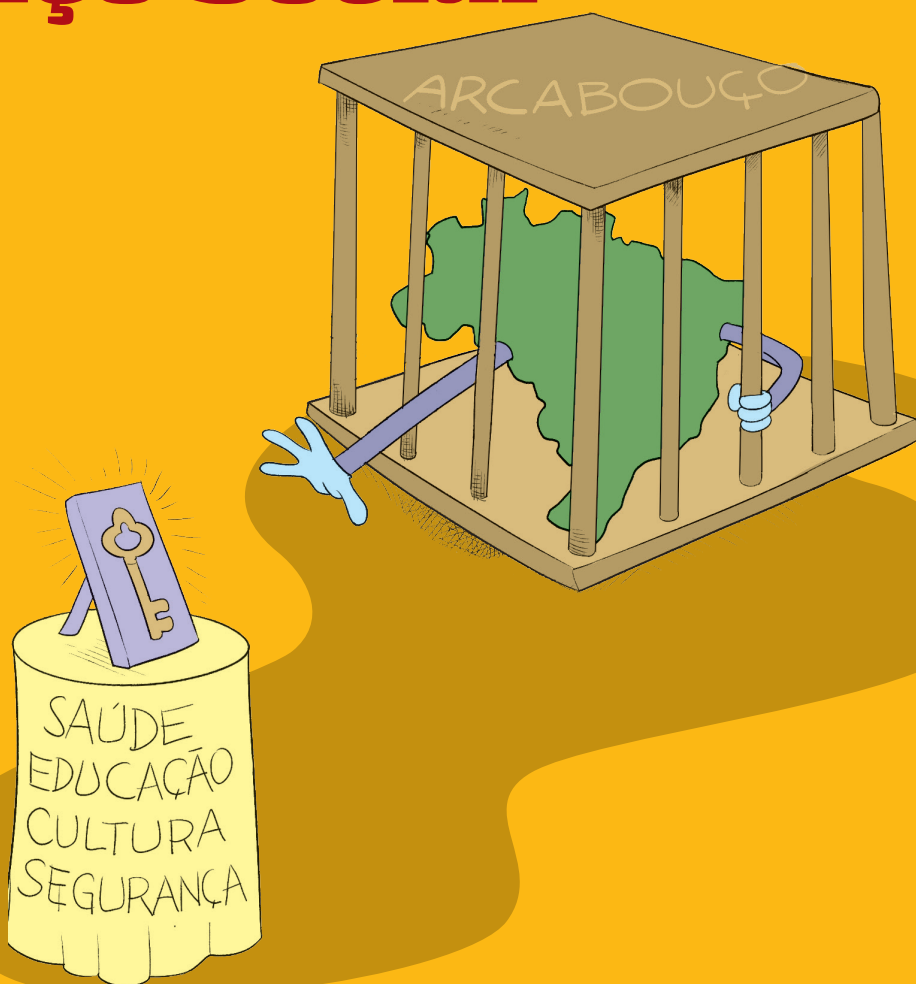
**O que acontece quando a meta é batida?** Ainda assim, para cada 100 milhões a mais arrecadados pelo governo, apenas 70 milhões poderão ser investidos no povo. O que vai ser feito com o restante? Vai diretamente para o serviço da ilegítima dívida pública.

# Para nós, a saída é o ‘Arcabouço Social’

Todo brasileiro sabe que o Brasil precisa de muito investimento em educação, em saúde, em moradia, em infraestrutura, em cultura, no povo enfim. E para muitos foi isso que significou a eleição de Lula para a Presidência da República.

Porém, caso o Arcabouço Fiscal seja aprovado, o cenário para o país será muito distinto daquele vivido no primeiro e no segundo governos de Lula. Com o *boom das commodities* da primeira década dos anos 2000, o Brasil exportou muito e aumentou muito a sua arrecadação.

Essa foi a base para uma série de projetos sociais, sendo o mais famoso e impactante o programa Bolsa Família. Com o Arcabouço, isso não será mais possível. É que, ainda que o Brasil reviva seus anos áureos de crescimento econômico, o aumento dos gastos públicos baterá no teto de 2,5%. Os 2,5% de aumento representam menos da metade do que Lula aumentava em média de um ano para o outro nos seus dois primeiros governos.



## Se o Arcabouço Fiscal estivesse em vigor desde 2003...

O economista David Decache calculou que: se o Arcabouço Fiscal estivesse em vigor desde 2003, em um cenário otimista em que a cada ano o país batesse suas metas e pudesse aumentar os seus gastos em 2,5%, o Brasil teria deixado de investir, em 20 anos, R\$ 8,8 trilhões.

Todo o processo de retrocesso nos direitos sociais que temos vivido, certamente teria sido em muito agravado.

## E a nossa carreira?

A prevalecer a política fiscal do arcabouço do governo federal, a nossa carreira e os nossos salários estarão em risco. O reajuste de 9% conquistado no último período está muito aquém de suprir as necessidades dos trabalhadores do serviço público federal.

Na verdade, nós amargamos uma perda salarial histórica de 53%. Com um teto no aumento dos gastos de 2,5% nos cenários mais otimistas, certamente o governo Lula estará impossibilitado de aplicar aos nossos salários o reajuste devido.

## O arcabouço tem de ser outro

O Arcabouço Fiscal não é o que é possível fazer. Pelo contrário. O Brasil vive um momento de profunda crise.

Nós, trabalhadores, conhecemos a profundidade da degradação social pela qual passa o Brasil desde a pandemia de covid-19.

Neste momento, o que o povo brasileiro precisa é de um Arcabouço Social. O que a classe trabalhadora merece é que os gastos prioritários estejam no combate à fome e ao desemprego e no financiamento de políticas públicas que visem atender a classe trabalhadora com saúde, educação, moradia, cultura e segurança.

# Aposentadoria no INSS: governo reconhece inviabilidade

**Após três anos de luta e da derrota de Bolsonaro, aposentadas/os continuam na folha da Ufes**

**A**pós anos de luta contra a aplicação do decreto 10.620/2021, a medida sancionada pelo governo do inelegível deve mesmo ir para gaveta.

“O (atual) governo reconheceu que não é viável a transferência das aposentadorias das universidades federais para o INSS”, revelou a coordenadora de Assuntos de Aposentadoria do Sintufes, Marizete Leite.

Segundo a dirigente, na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo garantiu a suspensão do decreto e que não serão feitas novas transferências.

“O governo se comprometeu a criar de uma unidade gestora do Regime Próprio de Previdência, como prevê a Constituição”, salientou Marizete.

**Na luta.** A também coordenadora de Aposentadas/os do Sintufes, Eliane Machado lembrou a luta promovida pela Fasubra e pelo Sintufes contra o decreto do atual inelegível.

“Fizemos uma luta contra o



**Nos encontros, Sintufes mostra luta em favor das/os aposentadas/os**

decreto em meio à pandemia e aos desmandos do desgoverno. Tanto em Brasília pela Fasubra, quanto em Ufes pelo Sintufes”, assinalou.

O Sintufes cobrou da Reitoria posicionamento contrário ao decreto. A diretoria também convidou e levou a Progep ao sindicato para tirar dúvidas sobre a medida, bem como para reforçar a posição contrária da categoria à transferência da aposentadoria para o INSS.

## AGENDA DE ENCONTROS

Os próximos Encontros de Aposentadas/os do Sintufes serão nas seguintes datas:

- 25 AGO • 29 SET
- 27 OUT • 24 NOV

Sempre às sextas-feiras, a partir das 9 horas, na sede do Sintufes, em Goiabeiras.

## #ReformaTributária

### PRIVILÉGIOS VÃO CONTINUAR

A Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, da reforma tributária. Junto do Arcabouço Fiscal, a proposta é tida como pilar da política econômica do Governo Lula. A PEC está no Senado e deve ser apreciada até outubro.

Como o Arcabouço, a reforma tributária está a serviços dos privilegiados. O conjunto de impostos hoje existentes vão ser unificados em dois: o Imposto sobre Bens e Serviços

e a Contribuição sobre Bens e Serviços. Mas a PEC mantém a lógica da tributação sobre o consumo. E ainda beneficia com renúncias e isenções os grandes grupos econômicos. Não à toa a reforma foi bem recebida pela Febraban, FIESP e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O Brasil é campeão em taxar bens e serviços e isentar renda e lucros. Tributar o consumo é conhecido como imposto regressivo. Pobres e ricos pagam o mesmo

valor de imposto. O que impacta mais a renda do pobre do que do rico. Até medidas positivas como zerar a taxa dos produtos da cesta básica são pagas pela arrecadação sobre o consumo de outros itens. E quem paga é o trabalhador.

O mistério sobre a origem da riqueza do Estado já foi há muito desvendado: os trabalhadores trabalham mais do que o necessário para sustentar o Estado e garantir o lucro dos patrões e dos bancos.

# PISO DA ENFERMAGEM É ALVO DE ATAQUES

**Entendimentos do STF e da AGU abrem precedentes para o piso ser pago abaixo do que prevê a Lei 14.434/2022**

Agência Brasil/Marcelo Camargo



**A** Lei nº 14.434/2022 vai ser aplicada sem respeitar o que está previsto em seu próprio texto. Com isso, a indispensável categoria da Enfermagem não vai receber em acordo com o que consta na lei (14.434) aprovada em agosto de 2022, após 30 anos de luta. A luta vai precisar continuar.

A partir da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 7.222, foi aberto precedente para que o piso seja pago abaixo do valor previsto na lei.

Houve o entendimento no Supremo de pagar o piso proporcional à carga horária. Quem trabalha 44 horas/semanais, receberia o valor integral. Jornadas menores receberiam proporcionalmente. Na iniciativa privada, a proporcionalidade deve ser aplicada. E no serviço público também.

A Advocacia Geral da União (AGU) segue esse entendimento. Contudo, ela desconsidera que no serviço público a jornada máxima é de 40 horas semanais.

**Após luta pela aprovação do piso, é preciso continuar lutando em favor da devida aplicação da lei**

A AGU tem, ainda, uma interpretação de não pagar o piso para quem recebe mais que o valor previsto na lei. Porém, nesse cálculo, a AGU considera parcelas remuneratórias que não deviam ser consideradas, como gratificações.

## **Apenas um reajuste na Ufes.**

Se prevalecer o entendimento do STF e da AGU para a Enfermagem da Ufes, apenas um servidor terá seu salário reajustado. É que na visão da AGU, todos os demais já recebem mais do que o valor do piso.

Diante dessa situação, o Sintufes entende a importância de que a luta unificada continue, uma vez que toda Enfermagem corre o risco de ser prejudicada e de receber um piso abaixo do valor estipulado na lei.

**Audiência.** As assessorias jurídicas da Fasubra e dos sindicatos da base vêm analisando a questão. Elas orientam que sejam realizadas solicitações de audiência pública junto à AGU. E que não se deve pensar em judicializar a questão por ora.

## PSICÓLOGO DESTACA IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Jornal do Sintufes traz uma minientrevista com o psicólogo do Departamento de Ações Afirmativas e Diversidade da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), Gabriel Wai-chert Monteiro.

Ele fala sobre a importância da política de Assistência Estudantil, entre outros pontos. Além de falar sobre o trabalho de Gabriel, a coluna parabeniza os seus colegas de profissão em razão do Dia da/o Psicóloga/o (27 de agosto). Leia toda entrevista no site: [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br).



### **“Não basta ampliar o acesso”**

*“A recente manifestação do movimento estudantil foi crucial para um reconhecimento das políticas de Assistência Estudantil. Não basta ampliar o acesso aos estudantes de diferentes seguimentos sociais. É importante oferecer serviços que possibilitem sua permanência na instituição. Quando paramos para ouvir as queixas e demandas estudantis, percebemos que muitos precisam lançar mão de uma luta diária, silenciosa, para permanecer nesse espaço. Precisamos repensar o modo como esse ambiente pode se tornar menos adoecedor se quisermos diminuir a evasão e o esvaziamento das universidades”.*

### **Fale um pouco sobre o seu trabalho.**

*“Trabalhamos com o suporte psicológico para o estudante com atendimentos individuais e em grupo. Oferecemos escuta qualificada e atuamos nos diferentes setores da Ufes, debatendo e dialogando com os gestores, professores e estudantes sobre as questões que por vezes podem interferir na saúde psíquica dos discentes”.*

### **Qual impacto do corte de verbas no seu Departamento?**

*“Nos últimos anos, tivemos um corte nos recursos destinados à Assistência. Hoje contamos com uma equipe restrita (quatro psicólogos no setor em Goiabeiras e uma exclusivamente em Maruípe) que precisa se dividir para auxiliar nas políticas de acesso e permanência na instituição. Seria menos doloso para a própria instituição, se ela pudesse ampliar a contratação de equipe para trabalhar na Assistência Estudantil”.*



Confasubra faz debates importantes sobre campanha salarial e passa reestruturação da carreira para GTs, nacional e locais

# CAMPANHA SALARIAL 2024 É LANÇADA

*Ela foi debatida no XXIV Confasubra. Veja o que está na mesa de negociação com o governo e saiba como foi o Congresso da Federação*

**A**s reivindicações da categoria em torno da Campanha Salarial 2024 estão com o governo federal. A campanha foi debatida durante do XXIV Congresso da Fasubra (Confasubra), realizado entre 17 e 21 de maio, em Brasília.

A proposta foi apresentada pelo Fonasefe (Fórum do qual

a Fasubra faz parte) e outras entidades. Para recomposição salarial da base do Sintufes, a reivindicação é de um reajuste da ordem de 53,17% (reajustes de cerca de 15% mais inflação, nos próximos três anos).

Confira mais detalhes no site: [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br).

## BALANÇO DO XXIV CONFASUBRA

Dentre as principais discussões do XXIV Confasubra, foi aprovado que a Federação deve se manter independente do governo, lutando pelos interesses da categoria e em defesa da educação pública, bem como deve impulsionar a luta pela prisão de Bolsonaro e da direita golpista. A principal campanha aprovada nesse tema foi a luta contra o Arcabouço Fiscal proposto por Haddad e que está tramitando no Congresso.

Foram aprovadas também campanhas em defesa dos HUs e pelo fim da Ebserh (com manutenção dos trabalhadores), bem como pela defesa dos aposentados e pensionistas.

Em relação ao Estatuto, foi criada a coordenação de Hus, para ter melhor acompanhamento dessa pauta.

O debate sobre a reestruturação da carreira era o grande tema do congresso, porém terminou sem uma proposta aprovada. Todas as propostas que surgiram no Congresso foram reunidas e serão encaminhadas para seguirem em discussão no Grupo de Trabalho (GT) nacional sobre carreira, bem como para discussão nos GTs locais, permitindo maior participação da base no debate de carreira, para posterior aprovação em Plenária Nacional.

**Eleições.** Ao final do Confasubra, foi realizada a eleição para a nova

direção da Federação, na qual cinco chapas se inscreveram para disputar os 27 cargos na direção da Federação. Dentre os membros da delegação do Sintufes, foram eleitos para a direção da Fasubra a companheira Luar Santana e o companheiro Marcelo Rosa. As companheiras Cida Alves e Janildes Inácio dos Santos foram eleitos como suplentes do Conselho Fiscal.

**Sintufes em BSB.** Da base do Sintufes, participaram 45 pessoas, sendo 41 delegados, dois observadores, uma convidada e um assessor de comunicação. Foram cinco dias de intensa discussão e polêmicas votações.